



DIÁLOGO ECUMÊNICO E INTER-RELIGIOSO NA CONFERÊNCIA DE APARECIDA

Ney de Souza

Pós-doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Itália). Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *E-mail:* ney.souza07@terra.com.br

Anderson Fernandes Tostes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC-SP. *E-mail:* padremyicelsis@hotmail.com

RESUMO

Este artigo pretende discutir a temática do diálogo nas relações do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. A pesquisa busca referenciais no *Documento de Aparecida*, de 2007, do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), e no Concílio Vaticano II. O texto inicia apresentando a dinâmica da *nova* evangelização e seu propósito para a atualidade. É apresentada a urgência da relação dialógica entre as religiões para a construção da justiça e da fraternidade universal.

PALAVRAS-CHAVE

Diálogo inter-religioso. Ecumenismo. Aparecida. Pluralismo. Evangelização.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, o pluralismo leva o indivíduo a pensar por si, permitindo a esse mesmo indivíduo o convívio com uma oferta múltipla de visões da realidade e dos padrões de comportamento. A expressão política do pluralismo é a democracia: os diferentes grupos têm as mesmas oportunidades e liberdade de expressão garantida. Aborda-se a verdade de um jeito novo e os meios de comunicação são usados para tanto. A tolerância não implica neutralidade de pensamento. Ser democrata

demais é abrir caminho para a própria destruição da democracia. Há situações que jamais podem ser permitidas (racismo, fundamentalismo...). Pessoas e instituições que reclamam pelo monopólio da verdade, querendo mais segurança do que a busca corajosa da verdade, passam por sérias dificuldades. O pluralismo na Igreja Católica é um serviço prestado à unidade: os vários enfoques da unidade na diversidade. O legítimo pluralismo não é uma ameaça, mas condição indispensável para a catolicidade.

Os mistérios da fé são muitos e profundos para serem expressos de uma única filosofia ou teologia. O Concílio Vaticano II (1962-1965) foi uma experiência de pluralismo, pois mostrou, além das diversas culturas diferentes, teologias dentro de uma mesma fé. A Igreja Católica só será católica se der mais ênfase na sua catolicidade e se não permitir que sua romanidade diminua a igualdade de culturas. O pluralismo não é uma consequência do pecado, mas um dom do Espírito, que favorece a unidade da Igreja. Ele é sempre importante sinal dos tempos. O pluralismo requer liberdade e honestidade na busca da verdade. O pluralismo requer respeito pelo outro. Muito mais que tolerância, é necessário caminhar pelo conceito da alteridade (SOUZA, 2004, p. 65-67).

O Vaticano II produziu 16 documentos. Três são diretamente essenciais para a compreensão da temática sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso no *Documento de Aparecida*, da Conferência do Episcopado Latino-americano (2007). Cada um dos três documentos apresenta conteúdo, objetivos e métodos próprios. Enquanto o decreto *Unitatis Redintegratio* (UR) trata exclusivamente da unidade cristã e a declaração *Nostra Aetate* (NA), do diálogo inter-religioso, a declaração *Dignitatis Humanae* (DH) serve para ambos, pois afirma a liberdade religiosa como direito de todos. A declaração está tratando do pluralismo eclesial e religioso, ao mesmo tempo que apresenta a necessidade, as exigências e a afirmação dos princípios do diálogo constantes nos outros dois documentos (WOLFF, 2012, p. 11).

A temática do diálogo no *Documento de Aparecida* vem justamente ao encontro dessa discussão, que aqui é apresentada por meio da provocação: os desdobramentos do pós-Concílio, de maneira particular, na América Latina, seguem essa dimensão dialógica? Qual a convicção do diálogo na Igreja?

A orientação do Vaticano II e de Aparecida é clara, no entanto, a realidade atual mostra-se fragilizada. É fundamental compreender que o pluralismo cultural, eclesial, religioso não é necessariamente um problema para a vivência da fé, e nem sempre é manifestação de divisão do Povo de Deus. O *Documento de Aparecida* afirma que

[...] o que está em jogo não é a diversidade [...]. O que ninguém esquece é, pelo contrário, a possibilidade de que essa diversidade possa convergir em uma síntese que, envolvendo a variedade de sentidos, seja capaz de projetá-la em um destino histórico comum (CELAM, 2007, n. 43).

O artigo apresenta esta temática do diálogo em Aparecida com a finalidade de retornar a essa necessária discussão na sociedade contemporânea. No diálogo ecumênico, é vital compreender que aquilo que é diferente nos outros exige respeito, mesmo que não seja possível compartilhar de sua posição. No diálogo inter-religioso a exigência é passar da tolerância à reverência das diferentes formas de se relacionar com o Mistério e, ainda, buscar juntos o bem da pessoa e a paz social (BELTRÁN, 2014, p. 479).

2. NOVA EVANGELIZAÇÃO E O DIÁLOGO

A *nova* evangelização foi uma urgência proposta na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, contudo, isso não resume todo o conteúdo do *Documento de Aparecida*, mas é a que melhor expressa a preocupação dos Bispos ali reunidos. A *nova* evangelização aqui retratada não é algo óbvio e inocente. O termo *nova* não diz respeito ao conteúdo da verdade cristã, mas significa examinar e rever a modalidade de evangelização do passado, diante de um novo contexto histórico (MIRANDA, 2013, p. 213-217).

As perspectivas e interrogações importantes do documento de Aparecida necessitam de aprofundamento. Para isso, é necessário abordar o texto e, particularmente, o tema complexo do ecumenismo e diálogo inter-religioso, e o quanto tais realidades são importantes no contexto da *nova* evan-

gelização. E, ainda, a relevância da promoção da dignidade humana, que remete cristãos e não cristãos à busca da justiça e da fraternidade universal.

Ao falar de *nova* evangelização também não se está pensando na criação de novos meios de persuasão que atraiam as pessoas para o interior da Igreja Católica, mas, sim, daquela postura testemunhal em que o cristão apresenta sua própria experiência de salvação em Jesus Cristo (PAULO VI, 2006), se tratando, portanto, de ir ao encontro das necessidades de cada pessoa humana em seus dramas existenciais e ser-lhe útil em sua vida prática. Sobre isso, já apontava o papa João Paulo II:

O testemunho evangélico a que o mundo é mais sensível é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz e a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem (JOÃO PAULO II, 2008, n. 42).

No Concílio Vaticano II, a Igreja procurou uma reconciliação com a modernidade, e foi uma mudança de direção por meio de uma mudança de atitude, fundamentada na “intuição de uma Igreja mais sinal do que poder, mais sacramento do que sacra potestas” (FAUS, 1995, p. 55). Na pós-modernidade, a humanidade se frustrou diante da constatação da impossibilidade da mudança histórica prometida pela modernidade. A Igreja que, em determinado momento, se viu ameaçada pela modernidade (GONÇALVES; SOUZA, 2013, p. 51-54) agora está inserida nessa pós-modernidade e na busca por superar toda e qualquer incapacidade de diálogo com o mundo (FAUS, 1995, p. 62). Diante disso, a Igreja, bem como todos os cristãos, necessita realizar uma profunda e sincera reavaliação sobre o serviço que pode prestar ao mundo.

Os cristãos devem aprender sempre de novo, no contexto dos seus conhecimentos e experiências, em que consiste verdadeiramente a sua esperança, o que temos para oferecer ao mundo e, ao contrário o que não podemos oferecer. É preciso também

que, na autocrítica do Cristianismo moderno, que deve de novo compreender-se a si mesmo a partir das próprias raízes (BENTO XVI, 2007, n. 22).

A *nova* evangelização está em vistas dessa contribuição, uma relação dialética em que o cristão é convidado “a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual” (FRANCISCO, 2013a, n. 88). Dialogar é evangelizar, isso não só como método empregado, mas como atitude e modalidade provenientes do interior do cristão que busca completude, ou melhor, o diálogo não é apenas essencial para os indivíduos, mas diz respeito às nações, culturas e religiões. Toda nação, cultura e religião possui suas riquezas e dons. “Mas elas tornam-se estreitas e tornam-se ideologias quando se fecham e se bastam a si próprias” (KASPER, 2008, p. 53). E, nesse sentido, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso são imprescindíveis na conjuntura da *nova* evangelização.

Apesar de serem realidades distintas entre si, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso estão interligados pelo tema do diálogo. O ecumenismo vem radicado no batismo cristão, já que “viver o batismo é estar comprometido na missão de Cristo que é congregar tudo na unidade” (CONSELHO PONTIFÍCIO..., 1994, n. 20) e, nessa solicitude pelo ecumenismo, é necessário reafirmar que

[...] não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior. É que os anseios da unidade nascem e amadurecem a partir da renovação da mente, da abnegação de si mesmo e da libérrima efusão da caridade (JOÃO PAULO II, 1995, n. 20).

Em Aparecida, os bispos insistem na necessária qualificação de mais agentes de diálogo ecumênico e alertam para que não se confundam “ecumenismo” e “diálogo inter-religioso” (CELAM, 2007, n. 232). O documento constata que há explícito apoio à “colaboração mútua com outras comunidades cristãs” na promoção da vida na América Latina (CELAM, 2007, n. 401).

No diálogo inter-religioso, a Igreja busca o que há em comum nas diversas religiões não cristãs. A promoção dessa caridade fraterna na humanidade é motivação para a mútua convivência, já que a origem e destinos últimos de todos são

os mesmos (NA, n. 4). O anseio em dar respostas às questões da humanidade está presente nas religiões não cristãs, (NA, n. 1) e isso faz respeitosamente perceber que as “sementes do verbo” (AG, n. 11) espalhadas por Deus estão presentes nas diversas religiões não cristãs.

Na perspectiva da *nova* evangelização, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso ganham grande relevância, pois são meios para promover a fraternidade humana, objetivo do agir cristão, nesse contexto histórico do tempo presente, dilacerado por discórdias. Se todos se fazem irmãos, não há “absolutização” de religiões, cristãs ou não cristãs, mas acontece a promoção da pessoa humana, e isso a partir dos códigos éticos e espirituais que compõem a vivência religiosa em cada denominação, inclusive não cristã. Para os cristãos, o caminho é partilhar o que possuem, e, nesse sentido, as palavras do papa Francisco apresentam subsídios essenciais para a *nova* evangelização:

Todos têm o direito de receber o Evangelho. Os cristãos têm o dever de anunciar, sem excluir ninguém, e não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria, indica um horizonte estupendo, oferece um banquete apetecível. A Igreja não cresce por proselitismo, mas por atração (FRANCISCO, 2013a, n. 14).

3. V CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO DE APARECIDA (2007)

O tema que se mantém por todo o Documento é “ser discípulo e missionário”, se trata, na verdade, da feição de todos os peregrinos, que, não obstante aos dramas existenciais, se dirigiram aos caminhos da fé cristã católica (FRANCISCO, 2013b, p. 14). Esses são os mesmos caminhos tomados para transmissão do Evangelho na História da América Latina e Caribe até os dias atuais, e todos os que vieram nessa direção estão naquela aspiração do encontro com Cristo Salvador.

A fé é sempre teologal em sua natureza porque dirigida ao próprio Deus. Por outro, entretanto, ela é sempre eclesial em sua

modalidade. Já observava S. Paulo: “A fé vem da pregação e a pregação é o anúncio da palavra de Cristo” (Rm 10,17). Mas também pode haver uma hipertrofia dessa mediação eclesial. Nesse caso, a instituição eclesial pode aparecer como uma entidade impessoal e burocrática, autoritária e moralista, preocupada primeiramente com formulações, mandamentos e ritos (MI-RANDA, 2006, p. 23).

Nesse sentido, segundo o próprio documento, citando o discurso inaugural do Papa Bento XVI, afirma que o anúncio do Evangelho foi marcado por “luzes e sombras” (CELAM, 2007, n. 5) nesse continente americano. No entanto, tais conflitos não ofuscaram a luminosidade do próprio Evangelho, tal luz, afirmam os bispos, está refletida na tradição católica presente na vida e na cultura (CELAM, 2007), expressando-se pela fé madura e piedade popular, na caridade, e na consciência da dignidade da pessoa humana (CELAM, 2007).

Essa V Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho continua e recapitula, em parte, o que fora dito nas conferências anteriores: Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992). E ainda na Assembleia Sinodal dos Bispos para a América Latina em 1997 (Roma). Contudo confrontar o trabalho dessas conferências com a necessidade proposta em Aparecida é o desafio da assembleia, e tudo isso sob a indicação feita pelo Papa Bento XVI:

[...] a grande tarefa de proteger e alimentar a fé do povo de Deus e recordar também aos fiéis deste Continente que, em virtude de seu batismo, são chamados a serem discípulos e missionários (CELAM, 2007, n. 10).

Os desafios são inúmeros, dentre os quais está a vertiginosa mudança social, bem como de uma cultura hostil ao cristianismo, em que surgiram muitas *ofertas religiosas*, e, nesse contexto, a fé cristã se vê na necessidade de responder aos questionamentos desse tempo (LIBANIO, 2010, p. 42). E a partir dessa avaliação toma rumo diferente as perspectivas dos bispos, demonstrando que aqui está o crucial de toda a questão, ou melhor, saindo de qualquer atitude passiva mediante uma reflexão sobre a fidelidade e audácia necessárias à missão, não somente em âmbito continental, mas também mundial.

Posturas claras como confirmar, renovar e revitalizar o Evangelho já presente na história da América Latina e do Caribe, e tudo isso a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo (LIBANIO, 2010, p. 11).

A urgência da conversão da vida dos batizados saindo do ritmo superficial que em nada os faz resistir aos embates do tempo, pois a aparência de normalidade dada pelo pragmatismo eclesial que afasta os fiéis da realidade circundante, já que na verdade “a nova evangelização incentiva todo o batizado a ser instrumento de pacificação e testemunha credível de uma vida reconciliada” (FRANCISCO, 2013a, n. 239). A conversão se dará não apenas por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva.

4. APARECIDA EM FOCO

Aparecida, assim como as demais Conferências da América Latina, tem a preocupação com a defesa da fé, mas, nesse documento, tem outro prisma: não são formuladas estratégias em relação às diversas orientações religiosas, mas concentrou-se a atenção no surgimento de denominações religiosas cristãs e não cristãs, e qual a melhor maneira de se relacionar com elas.

A presença dos observadores não católicos (WOLFF, 2013) mostram a seriedade do pensamento ecumênico de Aparecida e a disposição para o diálogo. E cada um dos observadores participou com intervenções que muito ajudaram a elaboração do documento. Na subcomissão de “Diálogo Ecumênico e inter-religioso”, o pastor metodista Dr. Juan Sepúlveda (Chile) colaborou de maneira particular para a redação do capítulo V, “A comunhão dos discípulos missionários da Igreja”. Os observadores presentes na Conferência de Aparecida eram: ortodoxo, Tarasios (Arcebispo Grego Ortodoxo de Buenos Aires e da América Latina do Sul/Argentina); anglicano, Dixel Wellington Gómez (Arcebispo da Província das Índias Ocidentais) e o Bispo das Bahamas e das ilhas Turku e Caicos (Bahamas); luterano, pastor Dr. Walter Altmann – presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil;

moderador do Comitê do Conselho Mundial de Igrejas (Brasil); Metodista, pastor Dr. Néstor Oscar Míguez – ISEDET (Argentina); Pentecostal, pastor Dr. Juan Sepúlveda – Igreja Missão Pentecostal (Chile); Presbiteriana, pastora Dra. Ofélia Ortega, Co-presidenta do Conselho Mundial das Igrejas (Nicarágua/ Cuba); Batista, pastor Harold Segura – Presidente da União Batista Latino-Americana (Estados Unidos); Comunidade Israelita do Continente Latino-Americano, rabino Claudio Elpeman (Diretor Executivo do Congresso Judaico Latino-Americano). O rabino Claudio Elpeman substituiu o Rabino Henry Sobel.

A subdivisão do texto da Conferência situa o leitor no pensamento ecumênico e do diálogo inter-religioso de Aparecida. Esses temas estão no final do capítulo V, que tem como título a “Comunhão dos Discípulos Missionários na Igreja”. Dessa maneira, é possível afirmar que, para a conferência, o ecumenismo e o diálogo inter-religioso estão na perspectiva da comunhão, no entanto, essa comunhão se difere quanto à prática, mas está convergida no que diz respeito à meta a ser alcançada.

Diante disso, é importante constatar que a comunhão (koinonia) não significa comunidade, mas vindo do verbo koinoneo significa participação, compartilhar, ter algo em comum. E sob esse aspecto “comunhão implica comunicação” (KASPER, 2008, p. 62) das partes, um diálogo aberto e sincero sem imposições e cobranças, uma partilha do que se tem para o mútuo crescimento pessoal e comunitário. Seja no ecumenismo ou no diálogo inter-religioso, a comunhão (koinonia) somente se torna possível na perspectiva da aceitação do diferente.

5. ECUMENISMO, UM TESTEMUNHO DE COMUNHÃO FRATERNA

É, portanto, dentro da eclesiologia de comunhão que surge o ecumenismo (CELAM, 2007), ação ligada essencialmente à natureza da Igreja (SUESS, 2008, p. 255-265), ação irreversível, irrenunciável e não optativa para o discípulo e missionário (SUESS, 2008, p. 256). E a caminhada ecumênica da Igreja no século XX permite perceber que o ecumenismo

não é uma veleidade ou modismo da ação evangelizadora, mas, de fato, um caminho eclesial para a unidade dos cristãos (HORTAL, 1996, p. 215).

A espiritualidade do encontro com Jesus permeia o *Documento de Aparecida*, e, a partir desse encontro, surge a necessidade cada vez maior de compartilhá-lo com os outros, e eis que surge a missão (HORTAL, 1996, p. 278). E dessa forma “o cristão assume a responsabilidade de construir sua personalidade e plasmar sua identidade social” (LIBANIO, 2008, p. 73-78), pois aproximar-se das outras denominações religiosas cristãs questiona o fiel e o ajuda a definir sua identidade.

A partir desse princípio, é possível entender o ecumenismo nessa conferência; não se trata de uma exigência sociológica, na intenção de compor um bloco homogêneo, mas, sim, a intenção de reconstruir um cristianismo ecumênico (SUESS, 2008, p. 257). O ecumenismo, enquanto tal, “é o restabelecimento da unidade entre os cristãos, orientado no quadro da missão geral da Igreja, que é congregar a humanidade em Cristo” (CONSELHO PONTIFÍCIO, 1994, n. 22), e baseia-se naquele vínculo entre os cristãos dado por Deus desde o batismo, por isso a divisão se torna “escândalo, um pecado e um atraso no cumprimento do desejo de Cristo” (CELAM, 2007, n. 228), de que todos os cristãos sejam um e aconteça a fraternidade universal.

O exercício do diálogo dentro do ecumenismo propõe a capacidade de abertura ao que o outro tem a dizer, e estar sem exclusões proselitistas; de fato “o diálogo exige um espírito de ‘caridade para com o interlocutor, humildade para com a verdade’, num tratamento de ‘igual para igual’ na consideração dos problemas” (WOLFF, 2002, p. 175). O ecumenismo é ação de fé, dos crentes que manifestam sua adesão a Jesus, e por Ele buscam razões para dissipar a divisão que contraria a aspiração cristã de suas vidas.

Nessa dimensão de fé se constata que a perspectiva do ecumenismo é, antes de tudo, obra espiritual, ação do Espírito Santo, como afirma a Conferência de Aparecida (CELAM, 2007, n. 230). O Espírito Santo convida “a viver em comunhão com o Pai e com o Filho morto e ressuscitado” (CELAM, 2007, n. 155). É o Espírito Santo que age em favor da unidade na diversidade, e somente com ele a unidade se solidifica (CELAM, 2007, n. 232).

O ecumenismo, como encontro para a unidade, é próprio da fé cristã, em que a pessoa sai de si para “a experiência do totalmente outro, do transcendente” (SALLES; BERNARDO, 2008, p. 81). Ter em mente que na alteridade se encontra com Deus é estar no contexto da V Conferência, no qual o ponto de chegada da missão é “a vida plena, em Jesus Cristo, para a pessoa inteira e para nossos povos” (BRIGENTI, 2008, p. 81).

Enfim, o ecumenismo é um trabalho cristão em vista de “um testemunho de comunhão fraterna, que se torne fascinante e resplandecente” (FRANCISCO, 2013a, n. 99). Esse esforço contínuo envolve os cristãos na graça divina e remete à esperança escatológica onde os corações transformados tornar-se-ão “capazes de entrar na comunhão perfeita da Santíssima Trindade, onde tudo encontra a sua unidade” (FRANCISCO, 2013a, n. 117).

6. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

O diálogo inter-religioso é o empenho entre o cristianismo e as religiões não cristãs; nesse, a Igreja reafirma

[...] o seu dever de promover a unidade e a caridade entre os homens, ou melhor, entre os povos, examina primeiro aquilo que os homens têm de comum e o que os move a viver juntos o próprio destino (NA, n. 1).

O mundo globalizado e também o pluralismo religioso provocam a Igreja a não fugir “para um mundo exclusivamente espiritual” (BRIGENTI, 2008, p. 80), mas, sim, inserir-se, pelo diálogo, na realidade em que o mundo se encontra, e dessa forma apresentar a dimensão social do Evangelho, que traz em si a superação da suspeita, da desconfiança permanente, do medo de ser invadido, e das atitudes defensivas (FRANCISCO, 2013a).

As religiões, em seus diversos credos e espiritualidades, mostram as possibilidades que o ser humano encontra no caminho de sua existência, e que o cristianismo não é a única opção para a promoção humana. Dessa maneira, primeiramente “reconhecemos a conexão íntima que existe entre evangelização e promoção humana” (FRANCISCO, 2013a, n. 78),

mas também que esse mesmo Evangelho tem certa presença em religiões não cristãs, e tal constatação é uma possibilidade de compreensão do mistério da economia salvífica, e ainda se pode ter, a partir delas, “novas matrizes culturais que veiculem melhor certos elementos da fé, até então impedidos ou atrofiados na tradição cristã” (MIRANDA, 2003, p. 353). Portanto, sob os aspectos de significado e teologia, o diálogo inter-religioso é profundamente necessário ao cristianismo.

Todas as religiões possuem suas riquezas, e a “Igreja não rejeita nada que seja justo e santo” (NA, n. 2), assim, respeitando suas identidades, também procura garantir a sua, para que, naquilo que lhe pertence, esteja a serviço de toda a humanidade (CELAM, 2007). Por isso o trato com cada uma das diferentes religiões exige a cuidadosa busca das “sementes do verbo” (AG, n. 11), e mesmo que o cristianismo seja “portador da resposta mais completa” (BRIGENTI, 2008, p. 84) e a Igreja seja instrumento importante dessa comunicação ao mundo, as diversas colaborações vindas de fora devem ser acolhidas para o bem do ser humano.

O diálogo supõe contribuição mútua entre identidades distintas, e também o humilde respeito pelo que é o outro (KASPER, 2008, p. 51). Essa relação contribui para o crescimento pessoal e social, no qual o amor salvífico de Cristo se manifesta, já que Ele não exclui ninguém, e quer a todos alcançar com sua graça (CELAM, 2007). A ação divina não se limita a padrões humanos e por diferentes maneiras se manifesta aos que deseja para si.

O diálogo inter-religioso não visa converter ao cristianismo ou a Igreja Católica, mas, sim, aproximar a todos da verdade (SUESS, 2008, n. 8), pois de fato nenhum grupo pode afirmar que possui a totalidade da verdade. Essa compreensão é fundamental, e sem ela não é possível aproximação que resulte em frutos de unidade. A unidade por meio do diálogo inter-religioso não é a junção das partes motivada por algum tipo de conversão, mas, sim, a convivência motivada pela fé de que Deus age misteriosamente nos caminhos da salvação de modo a constituir seu povo (LG, n. 16). Essa atitude é uma adesão ao projeto divino que supera as estratégias humanas, haja visto a redenção realizada por Cristo. E é nessa humildade dialógica, testemunhada pelo próprio Deus encarnado, que se deve caminhar para “a consecução da comunhão perfeita

de todos os irmãos em Deus” (BIZON; DARIVA; DRUBI, 2005, p. 71).

O anúncio do Evangelho não está anulado com o diálogo inter-religioso (JOÃO PAULO II, 2008), e a missão exige “diálogo e o diálogo se fundamenta justamente na missão que Cristo nos confiou” (SUESS, 2008, p. 262), e ainda

[...] por ele, a Igreja pretende descobrir as “sementes do verbo”, os “frutos daquela verdade que ilumina todos os homens” – sementes e fulgores que se abrigam nas pessoas e nas tradições religiosas da humanidade” (JOÃO PAULO II, 2008, n. 56).

A sábia articulação entre anúncio e diálogo compõe a relação entre as religiões, e caracteriza a missão de cada uma delas.

Sendo assim, nessa relação, é construída a nova humanidade (BRIGENTI, 2008, p. 59) livre de fundamentalismos e repleta de paz (CELAM, 2007), onde as religiões são meios para a vida plena que só se desenvolve na comunhão fraterna e justa (CELAM, 2007), direcionando cada pessoa para o bem de todos, principalmente dos pobres. O bem comum de todos, mediante a dignidade do ser humano, é a realização do Reino de Deus, buscado pela Igreja, e pelas demais religiões que, de diferentes modos, mesmo que não o nomeando dessa maneira, esperam a resposta aos limites da condição humana (NA, n. 1).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da realidade é o que fundamenta a ação evangelizadora da Igreja, e isso foi feito em Aparecida, bem como nas quatro conferências anteriores, por isso com os textos se apresentam aqueles desafios próprios de cada época, pois, “de trás de cada conferência, está também a busca de uma maior integração latino-americana, tanto da Igreja como da sociedade, que contribua com a fraternidade de nossos povos” (CELAM, 2007, n. 16). Dessa forma, a Igreja que compõe a sociedade está nela para ajudá-la, unindo-se às suas necessidades.

Por necessidade dos povos latino-americanos e do Caribe, destaca-se a luta pela justiça social, e esta é também missão da Igreja ao evangelizar; o *Documento de Aparecida* insiste na necessidade de uma ação eclesial, em colaboração com outros organismos e instituições, em âmbito nacional e internacional.

Em Aparecida a religião está estreitamente ligada à justiça, isso porque a justiça é característica do Reino de Deus que a Igreja promove, “Reino de Deus, onde se imporá universalmente, e precisamente em favor dos pobres, a vontade de justiça, paz e vida da parte de Deus” (KEHL, 1997, p. 36); nesse sentido, o Reino acontecendo por meio da Igreja é necessariamente a justiça em vigor.

O fato de ser discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos tenham vida nele, leva-nos a assumir evangelicamente, e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem para a dignificação do ser humano e a trabalhar junto com os demais cidadãos e instituições para o bem do ser humano (CELAM, 2007, n. 384).

O conteúdo do anúncio é o Reino da Vida (PAULO VI, 2006), e o agente da missão é a própria Igreja (LG, n. 5), que busca estar a serviço daqueles que padecem com a injustiça na sociedade, e os destinatários da missão, portanto, são os homens e as mulheres dessa sociedade. Dessa maneira, faz parte da evangelização a busca pela justiça, enquanto valor e virtude cristã que favorece a paz e o desenvolvimento humano (BENTO XVI, 2009); assim, o anúncio do Evangelho busca a justiça que não seja mera teoria, mas vida concreta e transformação das estruturas.

O ecumenismo e o diálogo inter-religioso têm na defesa da dignidade do ser humano seu ponto de convergência, e nesse sentido Medellín se vê refletida em Aparecida, quando essa última Conferência vem afirmar:

Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas as suas necessidades concretas, para que todos alcancem a plenitude que Jesus Cristo oferece (CELAM, 2007, n. 176).

Aparecida tem os ecos de Medellín, daquela hermenêutica necessária entre as diferentes religiões, em que o valor e a defesa da dignidade da pessoa humana são o pêndulo para o diálogo, pois “em relação a essa alteridade promotora da vida e que coloca as culturas em uma postura dialogal, a fim de se enriquecerem mutuamente, cada religião possui seu referencial” (SALLES; BERNARDO, 2008, p. 81). Ambas as confe-

rências priorizam o ser humano e seu valor para que, assim, aconteça a evangelização.

O movimento ecumênico e inter-religioso na Igreja a envolve naquela necessária “jovialidade”, presente em Aparecida, que a permite ir ao encontro de todos os povos e em todos os lugares. Sua missão, além de mostrar o Evangelho encarnado, é também facilitar para que ele se desenvolva, não obstante a diversidade religiosa e cultural existente.

O “*subsistit in*” (LG, n. 8), na eclesiologia do Vaticano II, abriu, em maior proporção, a Igreja para o ecumenismo, o diálogo inter-religioso, as culturas, a colocou em caminhos de diálogo, e mesmo que ainda insuficientes (SUESS, 2008, p. 259) demonstram mudança considerável. É bem verdade que, ainda contrariando esse princípio eclesiológico, a *traditio ecclesiae* tem sido usada para justificar fundamentalismos.

O caminho para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso é para todos os cristãos, e não somente para a hierarquia. A compreensão da responsabilidade do diálogo, por parte de todos os cristãos entre si e com os não cristãos, coopera para o crescimento do Reino de Deus e a promoção da dignidade humana.

Enfim, é importante lembrar, sob o ecoar da V Conferência, que a verdadeira tradição da Igreja está embasada na busca da unidade, a comunhão tão desejada por Jesus, fazendo valer a dignidade de cada pessoa, imagem e semelhança de Deus, independentemente do credo ou da cultura em que esteja inserido.

ECUMENICAL AND INTERRELIGIOUS DIALOGUE IN APARECIDA’S CONFERENCE

ABSTRACT

This article discusses the theme of dialogue in relations of ecumenism and interreligious dialogue. The study looks for references on Aparecida contents of the Celam (2007) and on the Second Vatican Council. The text

begins by presenting the dynamics of the new evangelization and its current purpose. It is presented the urgency of the dialogical relationship between religions to build justice and the universal fraternity.

KEYWORDS

Interreligious dialogue. Ecumenism. Aparecida. Pluralism. Evangelization.

REFERÊNCIAS

- BELTRÁN, G. G. La dimensión social de la evangelización en la Exortación Apostólica *Evangelii Gaudium*. *Scripta Theologica*, v. 46, n. 2, p. 461-480, 2014.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Spe Salvi*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- BENTO XVI. *Carta Encíclica Caritas in Veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BIZON, J.; DARIVA, N.; DRUBI, R. *Diálogo inter-religioso*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BRIGENTI, A. *Para compreender Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2008.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulus – Paulinas, 2007.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições, decretos e declarações*. São Paulo: Paulus, 2001.
- CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS. *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- FAUS, J. I. G. *Desafio da pós-modernidade*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013a.

FRANCISCO. Homilia do Santo Padre, Santa Missa na Basílica do Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. In: FRANCISCO. *Pronunciamentos do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulus – Loyola, 2013b.

GONÇALVES, P. S. L.; SOUZA, N. *Catolicismo e sociedade*. Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2013.

HORTAL, J. *E haverá um só rebanho*. São Paulo: Loyola, 1996.

JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Ut Unum Sint*. São Paulo: Paulinas, 1995.

JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 2008.

KASPER, W. *Que todas sejam uma*. São Paulo: Loyola, 2008.

KEHL, M. *A Igreja uma eclesiologia católica*. São Paulo: Loyola, 1997.

LIBANIO, J. B. Pluralismo cultural e pluralismo religioso. In: AMERÍNDIA. (Org.). *V Conferência de Aparecida*. São Paulo: Paulinas; Montevideo: Ameríndia, 2008.

LIBANIO, J. B. *Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação*. São Paulo: Paulinas, 2010.

MIRANDA, M. F. *Teologia na pós-modernidade*. São Paulo: Loyola, 2003.

MIRANDA, M. F. *Aparecida a hora da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 2006.

MIRANDA, M. F. *A Igreja que somos nós*. São Paulo: Paulinas, 2013.

PAULO VI. *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SALLES, W.; BERNARDO, T. L. Pluralismo religioso e hermenêutica da diferença: novas possibilidades para a teologia cristã. *Revista de Cultura Teológica*, v. XVI, n. 65, p. 69-90, 2008.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, P. S. L.; BOMBONATO, V. (Org.). *Concílio Vaticano II, análise e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

SUESS, P. Ecumenismo e diálogo inter-religioso. In: AMERÍNDIA. (Org.). *V Conferência de Aparecida*. Renascer de uma esperança. São Paulo: Paulinas; Montevideo: Ameríndia, 2008.

WOLFF, E. *Caminhos do ecumenismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, E. *Unitatis Redintegratio, Dignitas Humanae, Nostrae Aetate*. Textos e comentários. São Paulo: Paulinas, 2012.

WOLFF, E. *O diálogo na Igreja e a Igreja do diálogo no documento de Aparecida*. Disponível em: <www.cnbb.org.br/site/images/arquivos/files/48aea5cbe36db.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

Recebido em outubro de 2014.
Aprovado em abril de 2015.